

# O discurso iconográfico da Ilustração Portuguesa sobre a Revolta Monárquica de Monsanto (1919)

## *The iconographic discourse of the Ilustração Portuguesa about the Revolta de Monsanto (1919)*

Jorge Pedro Sousa<sup>1</sup>

Fátima Lopes Cardoso<sup>2</sup>

Celiana Azevedo<sup>3</sup>

### RESUMO

Na sequência da proclamação da Monarquia, no Porto, também monárquicos de Lisboa levaram a cabo uma intentona destinada a reinstaurar a Monarquia na capital e no resto do país, no dia 22 de janeiro de 1919. Ficou conhecida por Revolta de Monsanto. O assalto às posições monárquicas por forças republicanas ditou o malogro da revolta e, indiretamente, ocasionou o fracasso da proclamação da Monarquia a norte. A investigação que aqui se apresenta visou desvelar, por meio de um estudo quantiquantitativo, a estrutura do discurso iconográfico que a *Ilustração Portuguesa*, única revista ilustrada coeva de grande circulação, construiu sobre esse episódio histórico. Partiu-se da hipótese de que o discurso da *Ilustração Portuguesa* se alinhou com o poder republicano, hipótese aceite, já que a publicação revestiu o triunfo republicano de uma dose de epopeia e valorizou os “bravos” e “mártires” da República.

**Palavras-chave:** Revolta de Monsanto; Portugal; *Ilustração Portuguesa*; iconografia.

### ABSTRACT

*Following the proclamation of the Monarchy, in Porto, monarchists from Lisbon also carried out an attempt to reinstate the Monarchy in the capital city and in the rest of the country, on January 22, 1919. It became known as the “Revolta de Monsanto”. The assault on the*

---

1. Doctor in Information Sciences - Journalism, University of Santiago de Compostela, Spain. Professor at University Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Researcher at ICNOVA - NOVA Communication Institute.

2. PhD in Communication Sciences - Faculty of Social and Human Sciences of the NOVA University of Lisbon, Portugal. Professor at the Social Communication School of the Lisbon Polytechnic Institute, Portugal.

3. PHD in Communication Science. Universidade Nova de Lisboa - FCSH. Professor at Instituto Politécnico de Setúbal.

*monarchist positions by Republican forces dictated the failure of the revolt and, indirectly, caused the failure of the proclamation of the Monarchy in the north. The research presented here aimed to reveal, through a quantitative and qualitative approach, the structure of the iconographic discourse that the Portuguese Illustration built about this historical episode. It was assumed as hypothesis that the discourse of the Portuguese Illustration aligned with the republican power, since the publication coated the republican triumph with a dose of epicness and valued the "brave" and "martyrs" of the Republic.*

**Keywords:** *Assault of Monsanto; Portugal; Portuguese Illustration; iconography.*

## INTRODUÇÃO

A contrarrevolução monárquica começou quase após a imposição da República, a 5 de outubro de 1910, interrompida somente pela Grande Guerra e pelo Sidonismo<sup>4</sup>. Mas o mês de janeiro de 1919 foi sacudido por duas revoltas monárquicas, cuja falta de coordenação terá contribuído para ditar o insucesso de ambas (Santos, 2010). A primeira rebentou no Porto, a 19 de janeiro, e alastrou-se pelo norte do país. Ficou conhecida por “Monarquia do Norte”. Só foi sufocada a 13 de fevereiro. A segunda rebentou na própria sede do poder republicano, Lisboa, a 22 de janeiro, somente três dias depois da revolta do Porto, ficando conhecida por Revolta de Monsanto. O seu malogro, a 24 de janeiro, ditou, indiretamente, o fracasso da proclamação da Monarquia a norte, pois, sem Lisboa, seria uma missão quase impossível restaurar a Monarquia.

Tendo sido disruptivo, imprevisto, violento e impactante, e também delimitável no tempo, o episódio da Revolta de Monsanto foi notável e notado, tornando-se notícia na imprensa da época. Foi, portanto, percecionado como um acontecimento, como uma singularidade notória, na linha do raciocínio de autores como Adriano Duarte Rodrigues (1988) ou Adelmo Genro Filho (2012). Teve valor como notícia, pois, apresenta qualidades que levaram os jornalistas coevos a considerarem-no um acontecimento com valor noticioso, uma singularidade digna de se tornar notícia, um facto social notável e noticiável (Galtung; Rug, 1965). Sobretudo, a Revolta de Monsanto enquadra-se no campo dos acontecimentos dramáticos e que se desenvolvem no tempo ao redor dos quais gira o jornalismo (Golding; Elliott, 1988). A pesquisa efetuada não detetou, no entanto, qualquer investigação sobre a cobertura jornalística da Revolta de Monsanto, ainda que, ao tempo, a imprensa tivesse uma imensa penetração na sociedade portuguesa, particularmente nos principais meios urbanos (Lima, 2012; Matos, 2014; Sousa, 2021), lacuna que a presente investigação pretende contribuir para suprir (Sousa, 2020).

---

<sup>4</sup>. O Sidonismo foi a fase da Primeira República que decorreu entre o golpe militar que levou Sidónio Pais ao poder, em dezembro de 1917, e o fim do regime, que se desfez depois do seu assassinato, em dezembro de 1918.

Uma análise da cobertura iconográfica do evento pela imprensa teve de passar pelo estudo da única revista ilustrada informativa portuguesa de circulação nacional publicada ao tempo – a *Ilustração Portuguesa* (Sousa, 2017, 2020), palco fundamental da fotografia jornalística e documental portuguesa entre 1903 e 1924 (Proença; Manique, 1990; Serén, 2004; Sousa, 2020). A sua sede encontrava-se em Lisboa, capital do país e do poder republicano, e pertencia a um grupo jornalístico, o do diário *O Século*, que, embora independente e organizado industrialmente, tinha nascido com uma matriz ideológica republicana, que não renegava (Sousa, 2021).

A presente investigação partiu, assim, da seguinte questão inicial: qual foi a narrativa iconográfica – contando com o texto verbal correlacionado – que a *Ilustração Portuguesa* construiu sobre Revolta de Monsanto, sabendo-se que os poderes estabelecidos procuraram instrumentalizar a imprensa para fins de propaganda e manipulação, não se coibindo de a censurar e usar notícias falsas (Resende, 2019; Silva, 2006; Sousa, 2020). Partiu-se da hipótese de que, tendo em conta as circunstâncias específicas que se viviam em Lisboa, sede da revista, e a matriz ideológica original do diário *O Século*, a cujo grupo pertencia a *Ilustração Portuguesa*, o discurso fotográfico e verbal da publicação se alinhou com o poder governamental republicano, que, apesar da revolta, controlava a capital e a maioria do território do país.

## 1. A REVOLTA DE MONSANTO

É preciso recuar no tempo para se entender a intentona monárquica que ficou conhecida por Revolta de Monsanto. A primeira fase da Primeira República, dominada pela hegemonia do Partido Democrático e de Afonso Costa, teve um fim abrupto, em dezembro de 1917, devido ao triunfo do golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais. Apoiado por militares e pelos setores conservadores da sociedade portuguesa, Sidónio tentou instituir uma “República Nova”, presidencialista e conservadora, que, regida por uma profunda revisão da Constituição, trouxesse ordem e estabilidade ao país. Na fase final do seu consulado, em novembro de 1918, autorizou os oficiais do Exército a formarem juntas militares. Essas juntas tinham por objetivo defender o regime, mesmo na eventualidade do impedimento ou morte do Presidente da República, mas nelas predominariam sentimentos monárquicos (Silva, 2006, p. 21).

A 14 de dezembro de 1918, Sidónio foi assassinado. A sua morte trouxe, de novo, a instabilidade à República. Os democráticos, hegemônicos no Estado na primeira fase da República, agitaram-se, pois, um sidonismo sem Sidónio parecia condenado ao fracasso. Para não aceitarem, novamente, a hegemonia dos democráticos e a Constituição de 1911, alguns monárquicos viram uma solução – e uma oportunidade – na restauração da Monarquia.

O prestigiado oficial monárquico Paiva Couceiro, líder das incursões monárquicas

de 1911 e 1912, logrou obter a cumplicidade da junta militar do Porto. A restauração da Monarquia e de D. Manuel II<sup>5</sup> foi, assim proclamada no Porto - Monarquia do Norte - a 19 de janeiro de 1919, e deveria ter sido articulada, no tempo, com um golpe em Lisboa - Revolta de Monsanto – iniciado três dias depois, a 22 de janeiro (Santos, 2010). Paiva Couceiro intitulou-se regente do Reino de Portugal. A proclamação justificativa para a mudança do regime apontava para a necessidade de salvar a pátria, colocada em perigo pela demagogia e anarquia republicanas. Os monárquicos revoltosos formaram uma Junta Governativa Provisória do Reino. Estariam convencidos de que o país aderiria em massa à restauração da Monarquia. Um dos membros da Junta Governativa do Reino de Portugal, do Porto, Luís de Magalhães escreveu, aliás, em 1925, passados apenas seis anos sobre as intentonas monárquicas de Monsanto e do Porto, que estas revoltas resultaram de uma leitura equivocada do significado do sidonismo, pois os monárquicos estavam convencidos de que a grande força do sidonismo residira numa suposta maioria monárquica nacional que estaria disposta a aceitar a restauração da Monarquia. Não foi assim.

Curiosamente, as divisões no campo monárquico eram tão significativas que Aires de Ornelas condenara o golpe de Paiva Couceiro, ocorrido dias antes (Ramos; Monteiro; Sousa, 2009, p. 611). Aliás, D. Manuel II não só não terá tido conhecimento prévio das revoltas monárquicas destinadas à sua restauração como também não terá concordado com as mesmas, num período em que o país, como potência beligerante, procurava tirar partido das conversações de paz de Versalhes, após a I Guerra Mundial (Martins, 1922; Saraiva, 2003, p. 112).

O Governo – que ainda tinha uma base sidonista e era apoiado por muitos militares – conseguiu controlar, em somente dois dias, com o apoio de populares republicanos chamados às armas, a Revolta de Monsanto. A 27 de janeiro, na sequência dos acontecimentos, tomou posse um governo de “unidade republicana”, com a participação dos partidos tradicionais, dos sidonistas e mesmo dos socialistas, à frente do qual esteve o independente José Relvas. A República voltou ao texto constitucional de 1911 e os democráticos voltaram a ser hegemônicos no Estado.

Rui Ramos (2001, p. 527) argumenta que as tentativas de restauração da Monarquia falharam porque os monárquicos se uniam somente pela sua insatisfação perante a República, já que tudo o mais os desunia: uns eram miguelistas; outros, manuelistas. Uns eram conservadores, que podiam aceitar quer uma Monarquia, quer uma República conservadora e liberal que respeitasse as convenções, a Igreja Católica, as tradições e a hierarquia social, como aquela que Sidónio tentou edificar; outros eram integralistas, “revolucionários da direita”, que queriam liquidar quer a República, quer a Monarquia

---

5. Conforme narra Rocha Martins (1922), D. Manuel II, que não foi consultado, nunca evidenciou qualquer concordância com o golpe que o procurou restaurar na chefia do Estado e manteve uma atitude dúbia para com os golpistas. O historiador José Hermano Saraiva (2003, p. 112) diz o mesmo.

liberal, em favor de um regime autoritário. Outros, ainda, eram meros agitadores e conspiradores. Depois das incursões monárquicas de 1911 e 1912, as intencões monárquicas de 1919 de Lisboa e do Porto esgotaram os monárquicos, pondo fim à ambição de trazer de volta a Monarquia a Portugal.

## 2. METODOLOGIA

Tomando-se a ideia de “metodologia” pela conotação que lhe dá Ander-Egg (2011, p. 17), isto é, como sinônimo de uma estratégia dinâmica e flexível de articulação de ações que têm por fim alcançar uma meta, correspondendo, portanto, ao que se poderia designar por lógica processual de uma pesquisa científica, nesta investigação, de matriz hipotético-dedutiva, seguiu-se uma metodologia assente numa análise quali-quantitativa do discurso verbal e visual sobre a Revolta de Monsanto na *Ilustração Portuguesa*. O estudo seguiu uma linha hermenêutica e heurística. Assim, tendo por base os contributos de Ricoeur (1987), Maidment (1996), Gadamer (1999) e Scheufele (2008), procurou-se desconstruir, apresentar, interpretar e compreender o discurso sobre a Revolta de Monsanto na revista analisada, com ênfase na fotografia, numa dupla perspectiva sincrônica e diacrônica. Identificaram-se os enquadramentos<sup>6</sup> propostos pelo discurso da *Ilustração Portuguesa* para a Revolta de Monsanto, considerando os temas, os elementos formais da linguagem, nomeadamente as articulações entre o verbal e o visual, os recursos simbólicos e expressivos, as sequências discursivas e os exemplos iconográficos que mais nitidamente, na perspectiva intersubjetiva dos investigadores, pudessem traduzir os enquadramentos propostos nas peças, tendo em conta o contexto histórico coevo.

Encarou-se, assim, o discurso da *Ilustração Portuguesa* como um resultado com significado de ações humanas realizadas num contexto em que os sujeitos partilham, pelo menos parcialmente, um campo comum de sentido constituído, tal como aconselha Scheufele (2008, p. 968). Buscou-se, pois, indutiva e contextualmente, detectar “as estruturas de significado coerentes” (Scheufele, 2008, p. 967) e os “padrões de significado” (Scheufele, 2008, p. 969) que emanam das matérias iconoverbais sobre a Revolta de Monsanto publicadas pela *Ilustração Portuguesa*.

Buscou-se desvelar a forma como os enquadramentos para o acontecimento foram sendo construídos e propostos, os significados que os enunciadores poderão ter pretendido dar às mensagens que produziram, os significados que estas mensagens poderão ter tido e as implicações que poderão ter gerado, ponderando o contexto

6. Usa-se o conceito de enquadramento no sentido que lhe foi dado por Goffman (1974), ou seja, como construção interpretativa capaz de produzir mapas de significado que orientam a leitura e interpretação dos acontecimentos por parte dos leitores, e ainda como ideia estruturadora de um discurso, suscetível de lhe conferir significados particulares (Gamson; Modigliani, 1987, p. 143).

histórico coevo. Considerou-se, pois, que cada peça e que cada unidade discursiva<sup>7</sup> verbal ou iconográfica se relacionava, intertextualmente, com outras matérias e unidades discursivas no mesmo ou noutros suportes, sincrônica e diacronicamente, e que também se relacionava, contextualmente, com os padrões culturais que regem a interpretação do mundo, em cada momento histórico, por indivíduos ou por conjuntos de indivíduos que vivem num determinado espaço social, no qual existem referentes culturais partilhados (Scheufele, 2008).

Para a detecção, recolha e sistematização, de dados procedeu-se à leitura sequencial de todos os números da *Ilustração Portuguesa* publicados entre 27 de janeiro e 24 de fevereiro de 1919, tendo-se verificado que a Revolta de Monsanto só foi noticiada a partir do número de 3 de fevereiro, terminando a publicação de peças sobre o acontecimento no dia 17 do mesmo mês.

Seguidamente, estruturou-se, por desconstrução e reconstrução, uma narrativa diacrônica descritiva sobre o episódio histórico, elaborada a partir da leitura sistemática e cronológica das peças da *Ilustração Portuguesa*, na qual se inseriram as unidades e os segmentos discursivos iconográficos e verbais reveladores dos padrões de significado propostos pela revista, incluindo sequências discursivas verbais contextualizadoras e orientadoras da leitura das imagens e exemplos iconográficos suscetíveis de exemplificar os aspectos centrais da cobertura do acontecimento e a maneira como esta cobertura evoluiu, com destaque para a fotografia.

### **3. ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA: RESULTADOS E ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A REVOLTA DE MONSANTO**

Ao tempo da Revolta de Monsanto, a *Ilustração Portuguesa*, publicada entre 1903 e 1924, era a única revista ilustrada semanal de informação geral e circulação nacional publicada em Portugal. Pertencia ao grupo do jornal *O Século*, um diário industrial e independente – da sua redação, fizeram parte, inclusivamente, jornalistas monárquicos conhecidos, como Rocha Martins e Carlos Malheiro Dias – que conservava, no entanto, vestígios da ideologia republicana com que tinha sido fundado (Sousa, 2017).

No momento dos acontecimentos, a *Ilustração Portuguesa* era dirigida por Silva Graça, proprietário do grupo de *O Século*, ainda que António Maria de Freitas fosse o diretor nominal da revista. Tirava cerca de 25 mil exemplares (Sousa, 2017, p. 373) e distinguia-se, alimentada por correspondentes e fotógrafos profissionais e amadores que, gratuitamente, lhe enviavam fotografias, pelos conteúdos fotográficos e,

---

7. Por unidade discursiva consideraram-se os elementos do discurso que os investigadores, intersubjetivamente, reconhecem que se podem autonomizar, mas desde uma abordagem flexível – uma unidade discursiva tanto pode ser, por exemplo, uma fotografia e respectiva legenda ou texto complementar, como um segmento discursivo verbal, como um título, ou outros elementos.

especificamente, fotojornalísticos que publicava, sendo o seu principal fotógrafo, na época, o fotojornalista Anselmo Franco<sup>8</sup>.

As suas capas, vistosas, focavam-se, nesse tempo, nas mulheres, retratando personalidades das artes e dos espetáculos e figuras femininas associadas, por laços familiares, ao regime republicano – uma espécie de “nova aristocracia” que substituiu a antiga nobreza do tempo da Monarquia. Outras capas foram construídas tendo por base imagens encenadas sobre os costumes rurais portugueses, nas quais, quase sempre, uma jovem mulher, trajada tradicionalmente, a preceito, encarnava uma camponesa, uma lavadeira ou qualquer outra ocupação pitoresca e bucólica. Tratava-se, neste caso, de um documentarismo encenado, bucólico, pictorialista, que explorava estereótipos nacionais associados ao mundo rural, mas que sugeria tranquilidade, podendo funcionar, simbolicamente, como um elemento socialmente apaziguador perante a violência e a instabilidade que, com responsabilidade de protagonistas de todos os lados em confronto, marcaram a I República e abriram as portas para que os portugueses viessem a aceitar um regime ditatorial, a partir de 1926.

A *Ilustração Portuguesa* publicou seis matérias entre 3 e 17 de fevereiro 1919 sobre a Revolta de Monsanto, que combinaram texto e imagens, um total de 64 fotografias. A revista não publicou mapas, infográficos, reproduções de documentos nem qualquer outro tipo de informação visual além de fotografias sobre esse episódio histórico. Por um lado, o dado sinaliza que a fotografia era já considerada como o dispositivo visual de informação e significação mais relevante, conveniente e útil para a imprensa, sobretudo para as revistas ilustradas semanais, que beneficiavam, instrumentalmente, do realismo da imagem fotográfica; por outro lado, documenta o esforço do fotojornalista Anselmo Franco, autor de 19 das fotos dos combates propriamente ditos, pelo menos, um conjunto significativo de imagens que, documentando vestígios ou instantes – não bélicos – do que acontecera, multiplicasse as perspetivas visuais que o leitor poderia ter sobre o episódio histórico da Revolta de Monsanto. As restantes fotos com identificação são de António Brilhante da Silva Pessoa (seis fotografias, ou, na linguagem da época, “clichés obsequiosamente cedidos à *Ilustração Portuguesa*”) e Marques da Costa<sup>9</sup> (duas fotografias).

As imagens foram classificadas por gênero, mais especificamente: *fotografia de notícias* (imagens com valor noticioso relativas às ocorrências particulares do acontecimento em desenvolvimento – ou terminado), *retratos* (retratos individuais e

8. Anselmo Franco (1879-1965) foi um fotógrafo e fotojornalista português e um dos pioneiros do fotojornalismo em Portugal, junto com Joshua Benoliel, Arnaldo Garcez e, um pouco mais tarde, Denis (Diniz) Salgado. A revista *Ilustração Portuguesa* viveu muito das colaborações destes fotojornalistas. Anselmo Franco, embora colaborasse, principalmente, com o *Diário de Notícias*, tornou-se o principal fotógrafo da *Ilustração Portuguesa* em 1918, depois do abandono de Joshua Benoliel.

9. Tratar-se-á de Júlio Marques da Costa, que colaborava, principalmente, com o *Diário de Notícias*, e não do seu filho, mais conhecido e, igualmente, fotojornalista, Firmino Marques da Costa, que só nasceu em 1911.

coletivos dos protagonistas dos acontecimentos) e *espaço* (imagens dos lugares onde os acontecimentos ocorreram, nomeadamente paisagens).

A maioria das imagens (53,1%) se pode inserir na categoria de *fotografia de notícias* (34 fotografias). Os republicanos foram sistematicamente exaltados, verbal e visualmente, pela *Ilustração Portuguesa*. Assim, a abordagem fotográfica da mobilização, preparação e armamento de voluntários (21,9% das fotografias) conjugase com a cobertura das manifestações populares de apoio à República (4,7% das fotografias) para engrandecer e testemunhar a “fé” republicana à qual a *Ilustração Portuguesa* se refere. Também foi significativa a cobertura do funeral de um dos “heróis” republicanos tombados na *escalada de Monsanto* (6,2% das fotos). As imagens que sugerem ações militares (7,8% do total), centradas, sobretudo, na captação fotográfica de instantes relativos à movimentação de forças – mais uma vez, exclusivamente, do lado republicano –, operam no mesmo sentido simbólico de demonstrar a força e supremacia da República.

Ainda na categoria *fotografia de notícia*, podemos considerar que a abordagem fotoinformativa sobre a Revolta de Monsanto foi variada, ainda que os combates tenham ficado ausentes da cobertura. Isso pode ser justificado pelo fato de que os equipamentos da época, pesados e grandes, dificultavam a obtenção de fotografias em contextos de ação ou porque os fotógrafos se tenham resguardado, ou, ainda, porque as publicações possam ter sido evitadas ou mesmo censuradas, a fim de promover, simbolicamente, a tranquilidade pública. No entanto, assinala-se, documenta-se e prova-se a derrota monárquica com as fotografias dos vestígios que os combates deixaram (12,5% das fotografias), motivo, aliás, de romaria popular de lisboetas, que, permitidos pelas autoridades, a quem interessaria deixá-los confirmar a derrota monárquica, foram visitar os lugares onde a luta se travou e testemunhar a vitória plena da República na capital.

Não foram publicadas imagens dos combates, mas de outras ocorrências do “acontecimento em desenvolvimento”, como a mobilização de voluntários, as tropas em movimento, as manifestações populares de apoio à República, os funerais de republicanos tombados na luta contra as forças monárquicas. Um outro eixo estruturante da cobertura diz respeito à representação de momentos de alguma ação, sempre na perspectiva do lado republicano.

A segunda categoria de imagens mais presente é a dos *retratos* com 29 fotografias (45,3% do total), um recurso informativo comum – significativamente usado, por exemplo, na cobertura da participação portuguesa na I Guerra Mundial (cf. Sousa, 2013, 2015) – que permitia ao público identificar visualmente os protagonistas dos acontecimentos, fossem eles monárquicos, republicanos ou mesmo indivíduos que não pertenciam a nenhum dos campos, mas que intervieram nos acontecimentos, como bombeiros e socorristas. Mas enquanto os republicanos foram apelidados, verbalmente,

de "bravos da República" ou "mártires da República", dos monárquicos foi dito que tinham sido aprisionados, portanto, já não poderiam causar mal à República, o que, sendo notícia verdadeira, também promovia a paz social.

A publicação de retratos, muitos deles enviados pelos próprios retratados e seus familiares para a revista, ávidos de reconhecimento, notoriedade e distinção, além de sintonizar a *Ilustração Portuguesa* com o seu público, permitia o enaltecimento simbólico dos novos "heróis" da República. Ainda de registrar uma foto de uma bebê de 11 meses que ficou ferida no bombardeamento da sua casa "pelos revoltosos de Monsanto", assegurando a revista que pereceram na ocorrência a sua mãe e a sua avó (*Ilustração Portuguesa*, 1919, p. 128). Destacar os ferimentos da bebê também diabolizava os monárquicos que tinham bombardeado a sua casa e provocado a morte de quem dela poderia cuidar.

Finalmente, uma fotografia (1,6% do todas das fotografias) de Monsanto (codificada na categoria *espaços*) permitia ao leitor situar-se, indiretamente, no local dos combates. O recurso a este tipo de imagens era, aliás, fundamental para mostrar os lugares onde ocorreram os fatos notáveis, até porque as pessoas comuns viajavam pouco e seria provável que leitores da revista de fora de Lisboa não soubessem onde era Monsanto nem qual o aspeto que tinha.

A revista, conforme se denota no texto a seguir, enquadra, de início, a revolta de Monsanto (e a Monarquia do Norte) como uma consequência da instabilidade do regime e da repressão dos opositores por parte de quem tinha exercido o poder na República. Mas também condena as intentonas monárquicas pela instabilidade e pela guerra, que, além de fazerem correr o sangue de outros portugueses, prejudicavam economicamente o país e o envergonhavam. A posição da revista é, portanto, crítica para com todos os que causavam instabilidade ao país, impedindo as pessoas de viverem em paz e tranquilidade e comprometendo o desenvolvimento:

O sossego interno de um país não é problema que se resolva à mão armada. Só um bom governo e uma melhor administração, orientados por um alto espírito conciliador e estribados nos mais severos princípios da justiça e da moralidade o podem conseguir, congregando em volta do ideal *Pátria* todas as energias e todas as dedicações. Não é possível continuar-se à mercê destas perturbações constantes da vida pública, altamente ruinosas para a economia do país e vergonhosas para os seus créditos de nação civilizada.

Haja quem nos governe com mão firme e honesta e faça respeitar os princípios que nos assegurem a liberdade, a união e a confiança em quem nos dirige - Na Serra - 3 de fevereiro de 1919 (*Ilustração Portuguesa*, 1919, p. 82-84).

Presente-se, efetivamente, a partir do discurso da revista, que a maioria da população portuguesa, ao tempo, estaria fortemente desiludida com o regime, que tanto sofrimento lhe ia causando, pelo que, tal como esteve receptiva a Sidónio Pais, estaria igualmente receptiva a um novo poder que lhe trouxesse “ordem” e “moralidade”. Esse sentimento, que poderíamos considerar inscrito numa espécie de *inconsciente coletivo* da nação, contribui para explicar a aceitação que, poucos anos mais tarde, a Ditadura e o Estado Novo tiveram.

As fotografias, no entanto, propõem outros significados à narrativa sobre a revolta de Monsanto. Essencialmente, enaltecem a República e os republicanos e provam a derrota dos monárquicos. A capa da edição de 3 de fevereiro de 1919 da *Ilustração Portuguesa* é, nesse contexto, simbólica. Enquadrada com as cores da bandeira nacional instituída pela República, vermelho e verde, parcialmente colorida manualmente, para acentuar o seu realismo e lhe dar vida, a fotografia do canhão monárquico destruído pelas forças republicanas, contemplado por populares, ilustra, testemunha e simboliza a derrota monárquica (figura 1).

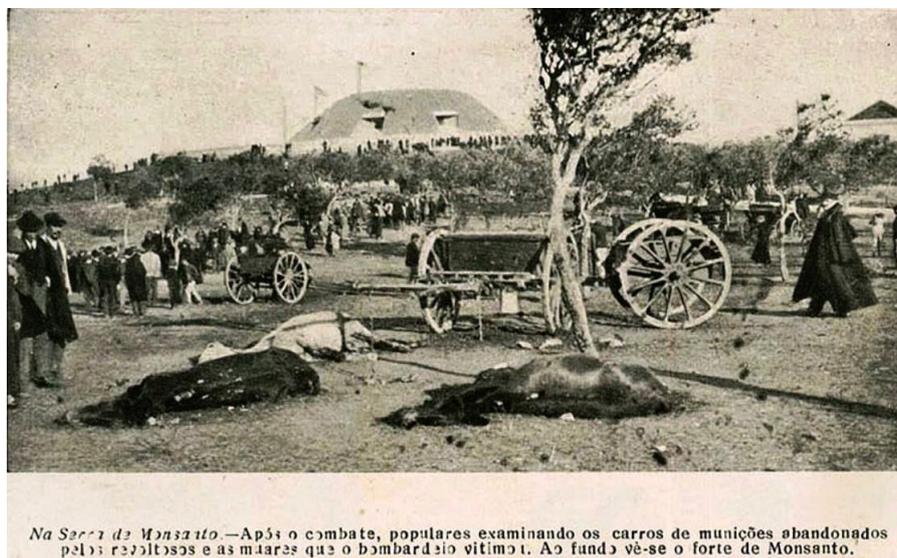
O ângulo de registro da situação, dando ênfase, no primeiro plano, ao canhão com uma das rodas completamente destroçada, remete para a construção simbólica de caos e de decadência da Monarquia, um regime que já não faz qualquer sentido para o país. No interior desse número, outras imagens também exploram, visualmente, o tema da derrota monárquica, com a particularidade de em algumas delas serem visíveis mortos... mas apenas cavalos (figura 2). Nesta foto de um plano geral do confronto ocorrido no alto de Monsanto, é visível o cenário de destruição e a construção simbólica de derrota, como se os corpos dos cavalos reportassem para o fim de uma era.

**Figura 1** - Capa da *Ilustração Portuguesa*



**Créditos fotográficos:** Anselmo Franco.  
Na Serra (Ilustração Portuguesa, edição 3 fev. 1919).  
**Fonte:** Ilustração Portuguesa (ed. 3 fev. 1919, capa).

**Figura 2** - Plano geral do cimo de Monsanto com peças de artilharia e cavalos mortos.



Na Serra de Monsanto.—Após o combate, populares examinando os carros de munições abandonados pelos revoltosos e as matanças que o bombardeio victimou. Ao fundo vê-se o forte de Monsanto.

**Créditos fotográficos:** Marques da Costa.

A Revolução (Ilustração Portuguesa, edição 3 fev. 1919).

**Fonte:** Ilustração Portuguesa (ed. 3 fev. 1919, p. 84).

Os retratos de republicanos foram abundantemente usados na cobertura da Revolta de Monsanto. Realce para a última foto da figura 3. Os camaradas de armas de um dos mortos republicanos durante a *escalada de Monsanto* rodeiam a urna e posam para a câmara ladeando o féretro do desaparecido, quase como se assim o tornassem presente num último retrato de grupo. As honras fúnebres concedidas a alguns dos “heróis da República” tombados no combate contra os monárquicos investia-os, inclusivamente, de uma aura glorificadora (figura 5). Pelo efeito visual singular desta imagem do cortejo fúnebre de combatentes republicanos, Anselmo Franco não parece ter poupado esforços para encontrar o enquadramento que melhor transmitisse a grandiosidade do momento na Calçada do Sacramento em Lisboa, conseguindo construir a ideia de um cortejo humano quase infinito. O repórter fotográfico demonstra forte sentido estético e de como trabalhar o ponto de fuga das imagens para lhes conferir profundidade de campo através das linhas diagonais (figuras 5 e 6).

A linha é um elemento muito polivalente que satisfaz diversas funções plásticas da composição... Cria vetores de direção de natureza diversa, os quais são fundamentais para organizar a composição, uma vez que as direções são, juntamente com o peso visual de cada elemento, os principais fatores plásticos dos quais depende o equilíbrio dinâmico.

Além demais, em algumas composições, as direções criadas na imagem formam um vetor de leitura que a codifica, o que é imprescindível para poder captar a sua significação plástica. Também confere profundidade à composição (Villafañe Gallego; Mínguez Arranz, 2002, p. 118).

A *Ilustração Portuguesa* estendeu o olhar identificador e sinalizador a outros protagonistas da Revolta de Monsanto e a afetados por este episódio violento da história de Portugal (figura 4). A publicação dos seus retratos lembrou ao público que a história não era feita unicamente pelos protagonistas dos acontecimentos, mas também por um número incontável de outras pessoas que tinham, de algum modo, um papel nos eventos, ou que eram por estes atingidos mesmo quando não o queriam nem buscavam, como sucedia com alguns feridos, incluindo crianças.

**Figura 3** - Retratos de republicanos.



**Créditos fotográficos:** não atribuídos.

*Ilustração Portuguesa*, edição 3 fev. 1919.

**Fonte:** *Ilustração Portuguesa* (ed. 3 fev. 1919, p. 81).

**Figura 4** - Actantes neutros da Revolução de Monsanto e afetados pelo acontecimento.



**Créditos fotográficos:** não atribuídos.  
Ilustração Portuguesa, edição 3 fev. 1919.  
**Fonte:** Ilustração Portuguesa (1919, p. 128).

**Figura 5** - Funeral de “mártires da República”.



**Créditos fotográficos:** Anselmo Franco.  
Os Mártires (Ilustração Portuguesa, edição 10 fev. 1919).  
**Fonte:** Ilustração Portuguesa (ed. 10 fev. 1919, p. 105).

Em Lisboa, formara-se o Batalhão Acadêmico, no qual alunos do ensino superior e secundário “entusiasticamente aninados da mesma fé republicana” - O Batalhão, 3 de fevereiro de 1919 - (Ilustração Portuguesa, ed. 3 fev. 1919, p. 88-89), se alistaram para combater os monárquicos em Lisboa. Dizia a revista que os voluntários do Batalhão Acadêmico tinham combatido “com [...] ardor [...] no assalto ao reduto dos revoltosos de Monsanto” - O Batalhão, 3 de fevereiro de 1919 – (Ilustração Portuguesa, ed. 3 fev. 1919, p. 87-88).

O texto verbal, além de dar conta ao leitor das movimentações que iam ocorrendo, nomeadamente no que respeita à recruta de voluntários republicanos para combate às revoltas monárquicas, dava conta, também, do “entusiasmo” que se sentia entre esses indivíduos, animados pela “fé republicana”. O texto visual, pontuado pelas fotografias de Anselmo Franco, sobretudo documenta e prova visualmente a mobilização de voluntários civis republicanos, reforçando, simbolicamente, pelo exemplo dos voluntários, a necessidade de empenhamento republicano na luta contra as intencões de restauração monárquica (cf. figura 6). Os planos de conjunto, mais fechados do que os gerais, consolidam a impressão de força transmitida pelas fotografias.

**Figura 6** - Recrutamento de voluntários republicanos para o Batalhão Acadêmico.



**Créditos fotográficos:** Anselmo Franco.  
O Batalhão (Ilustração Portuguesa, edição 3 fev. 1919).  
**Fonte:** Ilustração Portuguesa (ed. 3 fev. 1919, p. 87-88).

É de assinalar que as autoridades republicanas facultavam o trabalho dos repórteres, abrindo, inclusivamente, as portas dos quartéis à imprensa, já que era do seu interesse difundir notícias favoráveis que contribuíssem para animar os republicanos e instigá-los à luta e à confiança nas autoridades da República. Sediada em Lisboa, onde os repórteres da *Ilustração Portuguesa* se movimentavam sem grandes restrições e podiam cobrir os acontecimentos com facilidade, a revista *Ilustração Portuguesa* teve uma ação *infopropagandística*, no sentido de que usou a informação para fazer propaganda da República.

As legendas, sempre com forte recurso à hipérbole, contribuem para dar conta do “entusiasmo delirante” que nortearia a mobilização de voluntários republicanos, que pediam armas para se defrontarem com os monárquicos, ou no registro da manifestação popular de apoio à República. As palavras e as imagens foram, pois, usadas para mostrar a unidade e o entusiasmo entre os republicanos da capital e o apoio popular ao Governo da República, como se a linguagem verbal e a visual formassem um pacto para exaltar a glória republicana.

O jornalismo moderno caracteriza-se pelo nascimento do periódico ilustrado fotográfico, um novo híbrido, cuja particularidade é ser lido e olhado ao mesmo tempo: a informação não é somente uma questão de texto, mas também de fotografia. O novo estilo jornalístico é, assim, seguido por uma transformação das relações entre texto e imagem, entre o legível e o visível: “Aos poucos, o texto transforma-se em simples recheio entre as fotos” (Rouillé, 2009, p. 128).

É de realçar, aprofundando a análise, que além da ausência de imparcialidade e de objetividade da narrativa verbal e visual, na cobertura da Revolta de Monsanto, outro elemento do discurso, que causa alguma estranheza ao leitor do tempo presente, habituado ao “jornalismo de fontes”, é a sistemática omissão de fontes na construção da narrativa sobre a intentona monárquica em Lisboa pela *Ilustração Portuguesa*. O jornalista funcionou, na revista, como um *narrador omnisciente*, sendo o discurso suportado pelas imagens fotográficas. No entanto, a *Ilustração Portuguesa*, ainda que assinalasse os triunfos republicanos e denigre os monárquicos, em certos momentos esforça-se por, de algum modo, pairar, com certa independência, acima dos contendores. Foca-se até na necessidade de resolver a “terrível luta”, o “constante desassossego”, a “longa série de perturbações trágicas para a vida nacional”, a “guerra civil”, a “fuzilaria” o “espetáculo [...] fratricida” e “sanguinolento”, para “levantar o país”, depois dos esforços feitos durante a Grande Guerra pela “causa do direito das gentes, da civilização e da humanidade”. Na expressão desses desejos estaria, certamente, a ecoar o que iria na mente da maioria dos portugueses, que ansiaria por ordem, tranquilidade, desenvolvimento e crescimento económico.

## CONCLUSÕES

Os dados evidenciam que a hipótese de partida pode aceitar-se. Ou seja, o discurso da *Ilustração Portuguesa*, fotográfico e verbal, alinhou-se com os interesses do poder governamental republicano, que controlava a capital. A revista não foi neutra na forma como orientou a construção de conhecimento sobre a Revolta de Monsanto e as suas singularidades por parte do leitor. Portou-se, pelo contrário, como um instrumento *infopropagandístico* ao serviço do poder da República, do qual foi uma arma simbólica. A narrativa que a revista construiu sobre a Revolta de Monsanto foi, a seu tempo, empolgante e glorificadora da República e dos seus “bravos” e “mártires”. Dando público testemunho do poder republicano, sedimentava as convicções dos crentes e amedrontava os seus adversários, prevenindo, mesmo que tivessem a coragem de se expor no espaço público.

As circunstâncias específicas que se viviam em Lisboa, sede da revista, contribuí para explicar o tom pró-republicano do discurso da *Ilustração Portuguesa*, por vezes num tom arrebatador, quase sempre enaltecedor. A revista não só não podia desafiar o poder estabelecido no lugar onde tinha a sua sede como também estava sujeita a pressões e censura. Mas também poderá apontar-se o fato de a revista *Ilustração Portuguesa* pertencer ao grupo do diário *O Século*, que, apesar de ser industrialmente organizado e independente (tinha, inclusivamente, redatores monárquicos, como o conhecido jornalista Rocha Martins), nascera como um jornal republicano, matriz ideológica que mantinha com mais ou menos vigor.

Nesse sentido, a *Ilustração Portuguesa* foi uma voz mais da propaganda do regime republicano, difundindo, sob a forma de texto verbal e iconográfico, matérias que lhe eram favoráveis, para o que dispôs da sua vasta rede de correspondentes e outros indivíduos que a abasteciam de informações sob a forma de texto verbal e imagens, principalmente, de fotografias. Entre eles, há que destacar, por um lado, os fotógrafos profissionais e amadores que enviavam, voluntariamente, fotografias para a revista, com o fim de que estas fossem publicadas com os seus nomes nos créditos, obtendo, assim, notoriedade e distinção entre os seus pares. Podiam mesmo promover, por essa via, os seus negócios de fotografia. Por outro lado, podem destacar-se os indivíduos que enviavam os seus próprios retratos, ou retratos em que apareciam, para a revista, igualmente para criarem notoriedade e se diferenciarem entre os seus pares, atitude que se pode enquadrar no conceito de *marketing pessoal*.

Concluiu-se, também, que a imagem foi usada, no contexto da cobertura da Revolta de Monsanto pela *Ilustração Portuguesa*, não apenas por causa do seu valor *noticioso*, mas também pelo seu poder testemunhal, de prova e, ainda, pela capacidade de evocar, lembrar e tornar presentes pessoas e situações.

Ao mesmo tempo, o fato de a revista propriedade de *O Século* publicar o retrato dos monárquicos que ameaçaram a República e a estabilidade do país parece funcionar

como um desejo de expor publicamente os protagonistas da revolta que, segundo o sentido de leitura que a palavra e a imagem da *Ilustração Portuguesa* parece induzir, ameaçou a estabilidade social, política e econômica da nação, mas também a imagem projetada internacionalmente. Ainda assim, esta tendência parece surgir de forma bem mais moderada do que aconteceu na cobertura realizada pela mesma publicação da intentona ocorrida no norte do país, quando a 19 de janeiro de 1919, tropas revoltosas proclamaram, no Porto, a restituição da Monarquia. Apesar do jornalismo já estar consolidado em Portugal, ainda existem, no relato informativo e registro iconográfico da Revolta de Monsanto que formaram o *corpus* de análise, resquícios de um jornalismo politicamente direcionado que habitou as redações no final do século XIX.

## REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, Ezequiel. Metodologias da animação sociocultural. In: LOPES, Marcelino (coord.). *Metodologias de investigação em animação sociocultural*. Porto: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, 2011. p. 4-26.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3.<sup>th</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, London, v. 2, n. 1, p. 64-90, 1965.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andrew. The changing culture of affirmative action. In: BRAUNGART, Richard (ed.). *Research in political sociology*. New York: Jai Press, 1987. v. 3, p. 137-177.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Harvard University Press, 1974.

GOLDING, Peter; ELLIOTT, Philip. News values and news production. In: MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue (ed.). *Media studies: a reader*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988. p. 635-647.

ILLUSTRAÇÃO PORTUGUEZA. Lisboa: O Século, 1903-1924. Semanal.

LIMA, Helena. *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Lisboa: Livros Horizonte & Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2012.

MAGALHÃES, Luís. *Perante o Tribunal e a Nação (a Monarquia do Norte e o julgamento da Junta Governativa do Reino)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

MAIDMENT, Brian. *Reading popular prints, 1790-1870*. Manchester: Manchester University Press, 1996.

MARTINS, Rocha. *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC, 1922. 2v.

MATOS, Álvaro de. The press in the First Portuguese Republic: constants and guiding principles (1910-1926). In: LIMA, Helena; HOHLFELDT, António; SOUSA, Jorge Pedro; BARBOSA, Marialva (org.). *History of the press in the Portuguese-Speaking countries*. Porto: Media XXI, 2014. p. 113-172.

PROENÇA, Cândida; MANIQUE, António Pedro. *Ilustração portuguesa*. Lisboa: Alfa, 1990.

RAMOS, Rui. *A segunda fundação*. História de Portugal, 6, dir. José Mattoso. Estampa, 2001.

RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno G.; SOUSA, Bernardo V. A República durante e depois da guerra (1917-1926). In: RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno G.; SOUSA, Bernardo V. *História de Portugal. História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. Cap. 7, p. 605-627.

RESENDE, Nuno. A Monarquia do Norte (1919): um “ensaio-retrato”. *Brotéria: Cristianismo e Cultura*, Lisboa, v. 188, n. 2, p. 283-305, fev. 2019.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Porto: Edições 70, 1987.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, v. 8, p. 9-16, 1988.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SANTOS, Miguel Dias. *A contrarrevolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SARAIVA, José Hermano (coord.). *História de Portugal*. A Primeira República – do 5 de outubro à crise partidária. Lisboa: Quid Novi, 2003. v. 8.

SCHEUFELE, Bertram. Content analysis, qualitative. *In*: DONSBACH, Wolfgang (ed.). The international encyclopedia of communication. Malden: Blackwell Publishing, 2008. v. 3, p. 967-972.

SERÉN, Maria do Carmo. Ilustração portuguesa. *In*: ILUSTRAÇÃO portuguesa. Lisboa: Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura, 2004. p. 68-119.

SILVA, Helena Moreira. *Monarquia do Norte 1919*. Lisboa: Quid Novi, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. *A grande guerra – uma crónica visual – parte I: estudo do discurso em imagens da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Lisboa: Media XXI, 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. *A grande guerra: uma crónica visual (parte II)*. A "guerra estrangeira": estudo do discurso iconográfico da "ilustração portuguesa". Lisboa: Media XXI, 2015.

SOUSA, Jorge Pedro. *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal*. Das Origens a 1926. Lisboa: Livros ICNOVA, 2020. Disponível em: <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-iconografico-em-portugal-das-origens-a-1926/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUSA, Jorge Pedro. *Portugal - pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria*. Lisboa: Livros ICNOVA, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv> . Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUSA, Jorge Pedro. *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Lisboa: Media XXI, 2017.

VILLAFANE GALLEGO, Justo; MINGUEZ ARRANZ, Norberto. *Principios de la teoría general de la Imagen*. Madrid: Pirámide, 2002.